



Assembleia Municipal

Ata da Assembleia Municipal de Alpiarça – Reunião Ordinária realizada no dia 28 de Fevereiro de 2014 -----

----- Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro de dois mil e catorze, no auditório da Câmara Municipal de Alpiarça, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Alpiarça cuja Mesa foi composta pelo seu presidente Fernando Rodrigues Louro e pelos secretários António Júlio Raposo Lopes Pereira e Júlio Manuel Fernandes Pratas (CDU-(PCP/PEV)).-----

----- Compareceram nesta assembleia os seguintes deputados: Marco António Heleno Domingos da Silva Silva, João Pedro Lopes da Silva, Fernanda Maria Coutinho Precaté Fontainhas Amorim Cardigo, Pedro Miguel Victor da Piedade, Liliana dos Santos Carapinha, Miguel Ângelo Lopes Eusébio, Miguel Miranda (CDU-(PCP/PEV)), Fernando Manuel Pereira Neves Ramalho, Ana Margarida Vences Rosa do Céu, Luís Miguel Sá Pereira (PS), Mário Raul Santiago do Céu, Maria Gabriela Saturnino Pinhão da Silva Coutinho e Paulo Duarte Paulino Sardinheiro (Todos Por Alpiarça – PPD/PSD-MPT). Estiveram ainda presentes: o presidente da câmara, Mário Fernando Atracado Pereira, bem como os vereadores Carlos Jorge Pereira, João Pedro Costa Arraiolos (CDU-(PCP/PEV)) e Francisco José Saturnino Cunha (Todos Por Alpiarça – PPD/PSD-MPT).-----

----- **A Ordem de Trabalhos** proposta na convocatória foi a seguinte: -----

----- **Ponto 1** - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da lei n.º 75 de 2013, de 12 de setembro;-----

----- **Ponto 2** - Apreciação do Relatório Anual de Atividades de 2013 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alpiarça;-----

----- **Ponto 3** – Substituição do Representante do Município na Comissão de Proteção de Menores – C.P.C.J.;-----

----- **Ponto 4** - Apreciação e votação da proposta para abertura do procedimento, bem como conceder autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais do

“Concurso público n.º 01/2013/CCE para aquisição de energia elétrica para instalações alimentadas em BTN, BTE e MT – Central de Compras Eletrónicas da CIMLT”; -----

----- **Ponto 5** - Apreciação e votação da alteração da alínea h) do art.º 15 do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança; -----

----- **Ponto 6** - Apreciação e votação da Proposta de Atribuição da Medalha Municipal da Liberdade ao “Povo de Alpiarça”; -----

----- **Ponto 7** - Apreciação e votação da Moção em Defesa dos Doentes Oncológicos, apresentada pela Câmara Municipal de Elvas; -----

----- **Ponto 8** - Declaração de relevante Interesse Público Municipal, do Investimento da Empresa Triplanta em Alpiarça. -----

----- **Início da Sessão** -----

----- O Presidente da Assembleia deu início à sessão eram 21h07, começando por informar que os deputados Fernanda Garnel e Henrique Santana pediram a suspensão do mandato por um período de dez dias e estão substituídos nesta assembleia por indicação da respetiva força política, pelos deputados Miguel Miranda e Pedro Piedade, a quem deu as boas vindas a este órgão. -----

----- O Presidente da Assembleia fez uma referência ao facto das condições de trabalho terem melhorado um pouco, com a colocação de mesas de apoio aos deputados. Voltou a fazer uma referência à excessiva duração das reuniões deste órgão e opinou que a única maneira de obviar a esta situação é cumprir com as regras e haver uma maior exigência no cumprimentos dos tempos atribuídos a cada um, mas que é importante sobretudo a colaboração de todos os intervenientes. -----

----- **1.º PERÍODO DO PÚBLICO** -----

----- O Presidente da Assembleia iniciou este período tendo-se inscrito o munícipe Eduardo Costa, a quem o Presidente da Assembleia concedeu dez minutos para intervir. -----

----- O munícipe Eduardo Costa disse que a sua intervenção se centrava num pedido de esclarecimento sobre o que se ouve, o que se fala e o que se especula em Alpiarça sobre o futuro campo de futebol de sete no Casalinho e citou alguns depoimentos feitos em 2011 pelo então deputado municipal Celestino Brasileiro, o qual referindo-se à defesa de se avançar para um Plano de Saneamento Financeiro que o Tribunal de Contas viria a aprovar em Abril de 2011, falava numa situação financeira catastrófica

2/36

herdada em 2009, com uma dívida superior a 13 milhões de euros, que a Somague teria penhorado o parque automóvel da câmara em 2008, que o administrador da massa falida da Planotejo preparava-se para penhorar as receitas da câmara e que a bancada da CDU na assembleia municipal incentivava o Executivo a ter especial atenção a custos e a analisar cuidadosamente todos os investimentos. Em seguida o munícipe disse que a câmara avançou para um concurso que foi aberto para aquela obra no valor de 345.000 euros e a primeira pergunta que colocou foi se este valor diz respeito à totalidade do investimento ou se, conforme consta de um boato que corre em Alpiarça, que neste valor não se incluem: a bancada, os balneários, o parque infantil, a iluminação e o estacionamento, o que pressupõe um investimento adicional de mais ou menos 350.000 euros. A seguir perguntou quais as reais motivações para um investimento desta natureza, que considerou megalómano, tendo em conta a realidade do lugar do Casalinho em termos de moradores com idade para utilizar este equipamento e perguntou se os custos de manutenção foram calculados, para o que não aconteça o que está a acontecer com um equipamento deste género no Frade, que se carece de arranjos. O munícipe considerou que o argumento utilizado de se aproveitarem 85% de fundos comunitários remanescentes, é um argumento de mau pagador, porque os Fundos Comunitários são suportados por contribuintes da Europa como nós, e no estrangeiro Portugal tem uma má imagem, nomeadamente a classe política. Justificou que o investimento era megalómano porque, se o boato for verdadeiro e caso se vierem a confirmar os quase 700.000 euros de custo daquela obra, equivale a um investimento per capita de 1.000 a 2.000 euros por cada habitante do Casalinho e perguntou porque se vai fazer um investimento despesista, em vez de um investimento estruturante e incentivador da economia, tendo dado três exemplos: primeiro, equipar Alpiarça com iluminação por LED, que teriam um valor por si calculado de 364.000 euros e que poupariam 70% nos custos de iluminação do concelho. A sua segunda ideia de investimento estruturante, seria a construção de um campo fotovoltaico que custaria cerca de 314.000 euros e que daria um rendimento anual ao município de na ordem dos 35.000 euros, em vez de uma despesa permanente para manter em bom estado o campo de futebol. A sua terceira ideia, seria a de proceder à substituição da cobertura com amianto do pavilhão gimnodesportivo do C. D. “Os Águias”, considerando que neste momento é um

problema de saúde pública para Alpiarça e não só para aquela coletividade, através de uma parceria público privada ou com ajudas governamentais, calculando-se um custo de 340.000 euros para reparar aquela cobertura e apelou a que o Executivo repensasse o investimento que está previsto para o Casalinho. -----

----- O Presidente da Câmara passou a responder ao munícipe Eduardo Costa, dizendo que este investimento só se realizará quando e se houver uma candidatura aberta a fundos comunitários, que ainda não se concretizou, e a câmara de Alpiarça puder candidatar este projeto a comparticipação do QREN aproveitando fundos disponíveis do QREN 2007-2013 reafetos a novos investimentos por não terem sido anteriormente utilizados em projetos anteriores. Só nestas circunstâncias é que este investimento avançará. Foi lançado concurso público, era uma condição para termos a maturidade do projeto e assim estar em melhores condições de o ver aprovado, mas há uma cláusula que diz que só será adjudicado em caso de financiamento comunitário, porque queremos aproveitar os 85% do QREN. Considerou que este é bom investimento público, que vai dotar as populações de melhores condições para a prática desportiva, que vai dotar as populações de um melhor enquadramento urbanístico e que em qualquer parte do mundo deve ser classificado como bom investimento público. Afirmou que o investimento previsto é de 345.000 euros, cabendo ao município de Alpiarça 15% deste valor, num projeto que já fazia parte dos programas eleitorais da CDU-(PCP/PEV) de 2009 e de 2013, e que foram os programas eleitorais vencedores das eleições autárquicas nestes anos. -----

----- Acrescentou que do projeto consta um campo desportivo, equipamentos de apoio, área de lazer adjacente e requalificação natural e conseqüente daquele espaço e que o equipamento que está atualmente no Casalinho é um mini-campo para equipas de três elementos e o que está a ser proposto para este lugar será para equipas de sete elementos e não servirá só os seus trezentos e tal habitantes e que o universo de utilizadores será não só população de todo o concelho, mas também outros que vierem de fora, com toda a legitimidade. -----

----- Disse ainda que já aqui explicou que foi este equipamento e não outro, porque de acordo com as indicações que tinham do INA-Alentejo, este era um dos poucos projetos que teriam hipóteses de serem aprovados para financiamento com estas verbas sobrantes do QREN e não haveria portanto hipóteses de avançarmos com

candidaturas a equipamentos LED, porém a CIMLT está a preparar uma candidatura conjunta dos onze municípios que constituem a comunidade para, no âmbito da eficiência energética, avançarmos para o equipamento LED em toda a área da CIMLT que será um investimento bastante vultoso, mas que a EDP Distribuição está a incentivar a avançar-se com este projeto que certamente terminará numa candidatura conjunta dos municípios. -----

----- Quanto ao campo fotovoltaico não era possível neste atual quadro comunitário, utilizando aquelas verbas. -----

----- Quanto ao amianto disse que é um problema que temos, que não é só nos Águias, e não é só um problema nosso, mas também de outros municípios, porque é um problema nacional, e que terá de ser encontrada uma solução para este problema a nível central, rematando que a nível local o município já resolveu esse problema na escola EB2,3 José Relvas onde foram substituídos todos os telheiros da escola por materiais sem amianto. -----

----- Finalizou dizendo-se convicto que o investimento previsto para o Casalinho não é de modo nenhum megalómano, é um investimento perfeitamente à nossa dimensão e de acordo com a nossa realidade. -----

----- **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE ATAS** -----

----- O Presidente da Assembleia antes de aceitar inscrições para este período, disse que tinha de certa forma dado a ideia de que iria fazer todos os esforços para que esta assembleia já pudesse ser filmada, que fizeram alguns estudos e concluíram que só ficaria alguma coisa decente com montagens de vídeo o que também não é desejável. Disse ainda que ouviu dizer que no passado houve uma comissão nesta assembleia que estudou esta questão das gravações em vídeos das reuniões deste órgão e gostaria de tomar conhecimento das conclusões dessa comissão. Finalizou dizendo que como o que interessa são as palavras e não as imagens, admitia a possibilidade de futuramente colocar na Internet as gravações áudio que já se fazem e que têm boa qualidade e disse que gostaria de ouvir a opinião do plenário sobre esta sugestão das gravações áudio poderem ser divulgadas através da Internet. -----

Após este esclarecimento o Presidente da Assembleia informou que havia duas atas para aprovação, a primeira é a de 20 de setembro de 2013, passando a aceitar inscrições para a discussão desta ata. -----

----- O deputado Mário Santiago iniciou a sua intervenção dizendo que participou nessa assembleia a que se refere a ata, não como deputado, mas sim como interveniente da parte do público, considerando que as intervenções do público encontram-se redigidas em ata, opinou que o que está escrito não corresponde na sua essência ao que se passou e sugeriu à Mesa que fosse repensada a redação da ata sobre a sua intervenção. Acrescentou que aquilo que veio fazer a essa reunião foi que era inadmissível o que estava a acontecer a uma pessoa que era sua amiga que se chama Jorge Atela. E disse achar que era inadmissível porque o Jorge Atela fez parte das listas da CDU há 4 anos atrás e o ano passado entendeu não fazer mais parte desse projeto e abraçou outro projeto que se chama Todos Por Alpiarça, e a partir daí o Jorge Atela deixou de ser uma pessoa bem vista junto da CDU e passou a ter o maior número de defeitos que se possa imaginar e esses defeitos eram ditos de forma anónima em blogues e também no site da CDU, onde era descrito o que a CDU achava que era o Jorge Atela, e disse que foi isso que aqui veio dizer e que a ata não refere o nome do Jorge Atela em lado nenhum. O deputado considerou que o que está em ata, sobre o facto de ter dito que é oriundo duma família de comunistas e que aprendeu a ler no Avante, órgão oficial do PCP, não é relevante para constar em ata, considerou que o que é relevante é que ata transmita que veio à assembleia municipal, porque não podia ir junto dos autores da difamação que estava a ser feita na Internet dizer aquilo que ele pensava sobre a mesma, daí que tenha sugerido que fosse repensada a redação desta parte da ata, onde consta a sua intervenção. -----

----- O deputado Paulo Sardinheiro disse que a ata diz respeito a uma assembleia de 20 de setembro de 2013, e sugeriu que houvesse uma maior celeridade na redação das atas, para que não estivéssemos a relembrar factos passados há vários meses atrás. ---

----- O Vereador Francisco Cunha em relação a esta ata pediu para intervir em defesa da honra. -----

----- O Presidente da Assembleia informou-o que lhe concederia esse direito no final da sessão, conforme determina o regimento da assembleia. -----

----- O deputado Mário Santiago pediu um ponto de ordem à Mesa e afirmou que se está a tentar que atas reflitam o mais fielmente possível aquilo que se passa nas assembleias, opinou que na referida assembleia, o Vereador Francisco Cunha, também interveio nessa assembleia enquanto munícipe e na sua opinião tem o direito de

contribuir para a clarificação da ata, se entender que na mesma existam factos que não estejam completamente claros. -----

----- O Presidente da Assembleia disse que não podia concordar com o deputado porque são os deputados municipais que devem discutir e aprovar as atas e não em momento algum, os vereadores ou os munícipes. -----

----- Face ao que foi dito pelo Presidente da Assembleia, o deputado Mário Santiago disse que não sabe exatamente o que o Vereador Francisco Cunha querera dizer relativamente a esta ata, mas o que aconteceu não aparece transcrito nesta ata. Acrescentou que todos nós sabemos o que aconteceu naquela malfadada assembleia municipal, em que duas pessoas abandonaram a sessão face às palavras ditas pelo Presidente da Câmara, que foi mais ou menos isto «ó Xico limpa os beiços, Xico». Disse não saber se o Vereador querera dizer mais alguma coisa ou não, mas considerou isto um facto relevante e que não aparece transcrito em ata. -----

----- O Presidente da Assembleia perguntou ao deputado Mário Santiago se tinha alguma sugestão para alterar a redação da ata, tendo o deputado respondido que em relação à sua intervenção, o que deveria constar sucintamente era que: "O munícipe Mário Santiago veio à assembleia municipal fazer a defesa da honra do seu amigo Jorge Manuel dos Pais Atela, pelos atos de difamação por parte da CDU num dos seus blogues oficiais", se os seu avós eram comunistas ou se aprendeu a ler no Avante considerou que é perfeitamente irrelevante, mas a sugestão é fazer a alteração desta ata e que venha a uma próxima reunião para ser aprovada ou então que se façam aqui as alterações sugeridas e se ponha a ata à votação. -----

----- O Presidente da Assembleia relativamente à intervenção do deputado Mário Santiago, informou que a ata foi feita por um funcionário da câmara, mediante a gravação da sessão, se algumas das frases proferidas pelo deputado eram irrelevantes, então mais valia não as ter dito, porque quem está a fazer uma ata tenta fazer um resumo e não sabe o que é que o deputado ou o munícipe considera relevante ou não considera relevante. -----

----- O deputado Mário Santiago disse que era injusto estar a escudar-se no funcionário que faz as atas porque a correção das atas são da responsabilidade da Mesa e que era isso que fazia enquanto foi Presidente da Assembleia no último mandato, com a colaboração e ajuda da funcionária Eugénia Cunha. -----

----- O Presidente da Assembleia informou que para se ultrapassar este impasse, iria pôr a ata que tem estado em discussão à votação, na condição das palavras proferidas pelo deputado Mário Santiago, de crítica e retificação, sobre o que era relevante ou era irrelevante constar na redação da ata da presente assembleia municipal. -----

----- Posta a presente ata de 20 de setembro de 2013 à votação, a mesma foi aprovada com 6 votos a favor, 8 abstenções e 2 votos contra. -----

----- O deputado Paulo Sardinheiro em declaração de voto disse que votou contra a ata, por não concordar que a Mesa tenha posto a ata à votação e a fizesse aprovar, em virtude da mesma omitir determinadas passagens e não concretizar o sentido de algumas intervenções que foram feitas durante esse plenário. -----

----- O deputado Mário Santiago declarou que nada tinha a acrescentar ao que foi dito pelo seu colega de bancada, deputado Paulo Sardinheiro, fazendo suas as palavras do mesmo. -----

----- A deputada Maria Gabriela Coutinho declarou abster-se em virtude de não ter estado presente na sessão ao qual a ata se refere. -----

----- De seguida o Presidente da Assembleia pôs à discussão a redação da ata de 9 de Novembro de 2011. -----

----- O Deputado Paulo Sardinheiro considerou que esta ata era ainda mais omissa do que a primeira e comparou-a aos resumos que eram colocados no jornal “Voz de Alpiarça”, sobre as sessões das assembleias municipais. Referiu-se a uma intervenção sua em que o deputado teria feito várias considerações e posto uma questão ao Executivo, omitindo quais as considerações e o teor exato da pergunta. Referiu-se ainda a uma outra passagem da ata em que eram resumidas as respostas que o Presidente da Câmara tinha dado aos deputados, mas não concretizava aquilo que efetivamente o Presidente da Câmara respondeu, opinando que devem constar das atas as perguntas concretas feitas ao Executivo e as respetivas respostas do mesmo. ----

----- O Deputado Mário Santiago chamou a atenção para a dualidade de critérios que é usado quanto à designação das várias bancadas, em que a sua bancada é tratada com o nome Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT), enquanto a CDU que é uma coligação entre o PCP e o PEV, não aparece associada a estas duas forças políticas, aparecendo apenas com a designação CDU. Relativamente ao conteúdo da ata o deputado disse que devia ter sido transcrito o teor das perguntas feitas pelo munícipe Pedro Bernardo

às três bancadas que compõem esta assembleia. Mais à frente há uma votação sobre um recurso por si apresentado, em que não se percebe muito bem a posição do PS nessa votação. Mais abaixo antes do negrito ordem do dia há uma frase também em que fica a dúvida do sentido de voto das bancadas da CDU-(PCP/PEV) e do PS relativamente ao mesmo recurso. Ainda mais à frente na eleição do representante do Município de Alpiarça para integrar o ACES - Agrupamentos de Centro de Saúde do Serviço Nacional de Saúde, registou-se que o deputado Marco Silva foi eleito com 10 votos mas não se registou o resultado dos outros. Depois o deputado referiu-se a uma intervenção do Presidente da Câmara em que aborda a questão das reuniões do Conselho Municipal de Segurança em que afirma que o deputado nunca participou em qualquer reunião dos Conselhos Municipais, quando segundo o deputado, esse conselho nunca reuniu, pediu esclarecimentos, tendo o Presidente da Câmara respondido de imediato que possui as convocatórias e a lista de presenças. Mais adiante a ata refere-se a uma intervenção em que o deputado teria comparado a Troika com o Plano de Saneamento Financeiro, mas não estão descritas as perguntas colocadas ao Executivo. A ata refere também que o deputado fez uma intervenção em que descreveu tudo o que se tinha passado desde a aprovação inicial, até à aprovação final da taxa de IMI e a sua contribuição para a redução da mesma, mas não está descrito em ata o que o deputado disse. A seguir diz a ata que o Presidente da Câmara disse que factualmente o que disse o deputado correspondia à verdade, mas mais uma vez fica-se sem se saber o que o deputado disse sobre o que se passou com a aprovação do IMI. O deputado disse que também não concorda com a redação da ata que se refere a um voto de protesto sobre a designação do Todos Por Alpiarça, por TPA e disse ainda que não concordava também com a redação da ata no que toca ao voto de protesto sobre a falta de condições de trabalho na Assembleia Municipal, já que no seu entender se referiu apenas à falta de mesas e não à falta de condições de trabalho. Na última página, a ata refere-se a uma proposta entregue pelo deputado à Mesa da Assembleia mas nem sequer especifica que proposta é. A ata também descreve um voto em defesa da honra, do Vereador Francisco Cunha, em que o mesmo se refere que votou tal como o camarada Carlos Tomé, vereador da câmara de Torres Novas. Camarada de quem? Do vereador Cunha não é de certeza, disse. Mário Santiago finalizou a sua intervenção dizendo que esta ata é um inacreditável exercício

administrativo de censura e de sonegação de factos relevantes sobre o que aconteceu nesta assembleia municipal de 9 de Novembro e que não sabe se foi por isto que afastaram a funcionária que fazia o apoio à assembleia municipal, e na sua opinião esta ata nem sequer deve ser discutida, quanto mais votada. -----

----- O deputado Fernando Ramalho disse entender que talvez fosse bom ouvir a gravação áudio e se faça a correção da ata, uma vez que as atas devem ser consensuais, caso se comprove que as coisas aconteceram tal como descreveu o deputado Mário Santiago. Sugeriu que os parágrafos das atas fossem mais perceptíveis, reformulando a forma como os mesmos se iniciam. -----

----- O deputado Mário Santiago sugeriu que se poderiam numerar as linhas das atas para uma melhor identificação das frases quando se quer proceder à sua correção. -----

----- O Presidente da Assembleia disse que não tem dúvidas que alguns reparos à ata merecem eventualmente alguma ponderação, mas a ata não pode ser um documento exaustivo de tudo o que se diz. E em caso de dúvida existem sempre as gravações áudio. Uma ata é um resumo de tudo o que se passa, não falseando a verdade. -----

----- Relativamente à velha controvérsia do uso da sigla TPA, o Presidente da Mesa disse que efetivamente a designação é Todos Por Alpiarça, mas que é usual usarem-se as iniciais em inúmeras situações, tendo dado vários exemplos e considerou que não é nada pejorativo usar a sigla TPA. Mais disse que há um situação sistematicamente usada pelos elementos do TPA ou dos Todos Por Alpiarça, que o tratamento tem de ser igual para todas as bancadas e que nisso concorda, devendo usar-se CDU-(PCP/PEV) e Todos por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). O Presidente da Assembleia disse ainda que há uma inverdade no que é dito pelas pessoas do Todos Por Alpiarça, porque dizem que é uma coligação independente com o apoio do PPD/PSD-MPT e não é assim, segundo o que diz o acórdão do Tribunal Constitucional, é uma coligação criada pelos órgãos dirigentes do PPD/PSD-MPT e tudo o que digam para além disto, também não é verdade. -----

----- O Presidente da Assembleia informou o plenário que iria retirar a aprovação desta ata nesta assembleia e que se iria ouvir a gravação e tentar melhorar a redação, aproximando-a o mais possível das palavras que foram ditas, com a salvaguarda de que não será possível nunca colocar em ata tudo o que se diz numa assembleia municipal.

----- O deputado Paulo Sardinheiro opinou que pelo menos constem em ata as perguntas e as respostas, para que se perceba os assuntos que foram tratados. Este deputado solicitou ainda cópia autenticada da ata aprovada nesta assembleia municipal. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- O Presidente da Assembleia, deu início a este período, aceitando inscrições dos deputados que quisessem intervir neste período, informando que apenas iria aceitar uma ronda de inscrições. Inscreveram-se os deputados: Paulo Sardinheiro, Maria Gabriela Coutinho, Fernando Ramalho, Miguel Sá Pereira, João Pedro Silva, Marco António Silva e Mário Santiago. O Presidente da Assembleia informou que iria conceder um período de cinco minutos a cada deputado. -----

----- O deputado Paulo Sardinheiro considerou legítimas as preocupações e as alternativas aqui trazidas pelo munícipe Eduardo Costa sobre o complexo desportivo e recreativo que se quer levar a cabo no Casalinho, que apesar de todas as explicações dadas pelo Presidente da Câmara, as únicas que parecem ser plausíveis são o aproveitamento dos fundos comunitários. Acrescentou que na sua opinião já existem infraestruturas desportivas suficientes no concelho, algumas que até estão desprezadas, outras que precisam de cuidados e outras sobre-dimensionadas e não é admissível que se cometam os erros do passado de aproveitar todos os fundos comunitários que existem, nem que seja para se fazerem obras de fachada que em nada beneficiam as populações e que apenas vão aumentar as despesas correntes em manutenção. Defendeu que as verbas que se vão gastar eram melhor empregues no apoio ao futebol juvenil, na formação de miúdos e numa melhor remuneração dos formadores, considerando-os tão mal pagos, que praticamente nem ganham para o gasóleo. Quanto ao valor desta obra, considerou que o Presidente da Câmara fala em 345.000 €, mas que vimos aqui na última assembleia que esta obra nas Grandes Opções do Plano para 2014 está dividida em duas tranches, uma são 345.000 € e outra são 245.000 €, confirmadas aqui pelo vereador Arraiolos, estando aqui a ser omitida uma grande fatia deste projeto de investimento. Este deputado informou depois que se realizou durante este mês uma reunião com os empresários de Alpiarça, convocada pela NERSANT, que eram poucos os presentes, e o que mais notou foi a ausência do representante da autarquia, o que desgostou bastante o deputado. Relativamente à

11/36

Comissão de Segurança e sobre uma situação de roubo que se verificou, perguntou se o Presidente da Câmara reuniu com a Comissão de Segurança a fim de analisar a evolução da criminalidade nas zonas agrícolas e urbanas. -----

----- A deputada Maria Gabriela Coutinho felicitou a autarquia pela utilização de garrafas com água da rede pública em substituição das habituais garrafas de água. De seguida a deputada informou que pretendia apresentar uma moção de homenagem de atribuição da Medalha da Liberdade a Manuel Duarte que foi o primeiro Presidente da Câmara Municipal de Alpiarça. -----

----- O Presidente da Assembleia informou que face ao regimento e à Lei 75/2013, em vigor, a deputada não pode apresentar qualquer moção para discussão ou aprovação, porque só podem ser objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia da sessão ou reunião. -----

----- O deputado Mário Santiago considerou ridícula esta tomada de posição do Presidente da Assembleia Municipal e considerou que sempre se apresentaram moções no período antes da Ordem do Dia, pelo menos no mandato anterior, quando exerceu a presidência da mesa. -----

----- O deputado Fernando Ramalho solicitou ao Presidente da Assembleia que reconsiderasse a sua recusa em receber para discussão e votação esta proposta de atribuição de Medalha da Liberdade, porque pelo menos nos últimos nove anos sempre se votaram as propostas de atribuição de Medalhas Municipais, no período de antes da Ordem do Dia e os nomes aprovados eram respeitados pelos órgãos e eram feitas as respetivas homenagens e que pelo menos este ano se poderiam flexibilizar os procedimentos, apesar de compreender que levando à letra quer o regimento quer a Lei, a posição do Presidente da Assembleia é a correta. -----

----- A deputada Maria Gabriela Coutinho defendeu a apresentação da sua moção e solicitou autorização ao Presidente da Assembleia para fazer a sua leitura, ao que este anuiu, passando a deputada a ler a moção de atribuição da Medalha da Liberdade a Manuel Duarte, primeiro Presidente da Câmara Municipal de Alpiarça, concelho que este ano celebra 100 anos no próximo dia 2 de Abril de 2014. -----

----- O Presidente da Mesa informou a deputada que a única maneira desta moção ser apreciada e votada é passar a ser incluída na Ordem do Dia e para isso acontecer

terá de ser reconhecida a urgência da mesma, por dois terços dos deputados, invocando para tal o art.º 50.º, n.º 2, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- O deputado Mário Santiago solicitou a suspensão dos trabalhos por cinco minutos, ao abrigo do Regimento. A suspensão foi concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- Retomados os trabalhos, começou por usar da palavra o deputado Miguel Sá Pereira que perguntou se a Moção apresentada pelo Todos Por Alpiarça (PPD/PSD-MPT), de atribuição da Medalha de Liberdade do Município a Manuel Duarte, seria ou não incluída na Ordem de Trabalhos. O Presidente da Assembleia respondeu que iria pôr à votação do plenário a inclusão dessa Moção na Ordem do Dia. O deputado Miguel Sá Pereira informou que a bancada do PS apresentava uma recomendação no sentido de ser atribuída a Medalha Municipal da Liberdade a Manuel Duarte. Na continuação do uso da palavra o deputado disse que estava completamente de acordo com o que foi dito pelo munícipe Eduardo Costa e perguntou se o Executivo tinha tido em atenção o protocolo estabelecido com a Federação Portuguesa de Futebol, relativamente ao equipamento desportivo que neste momento está colocado no Casalinho. O deputado perguntou onde está o antigo gradeamento do muro da Casa dos Patudos, porque gostaria de o ir lá ver. O deputado também questionou se já foi acionada a garantia da obra do Auditório da Casa dos Patudos uma vez que tudo leva a crer que a obra já está a precisar de manutenção. Depois chamou a atenção para a demora que a empresa Águas do Ribatejo está a levar a repor os pavimentos nas ruas onde decorrem os trabalhos de colocação de condutas. Lembrou também que os semáforos de controle de velocidade na Gouxaria não estão em funcionamento e solicitou a sua rápida reparação. Perguntou quando é que se previa a conclusão da Rua Norton de Matos no Frade de Cima. Relativamente ao Casal dos Tolilas, lembrou que o mesmo faz parte do lugar do Frade de Cima e defendeu que a Câmara colocasse lá saneamento e mandasse asfaltar as ruas. Perguntou se o Canil Municipal é da responsabilidade da Junta de Freguesia ou da Câmara Municipal e finalizou perguntando o ponto de situação do Bar das Piscinas, se o mesmo se encontrava em funcionamento ou não e se as rendas estavam a ser pagas. -----

----- O deputado João Pedro Silva congratulou-se pelo facto da Câmara de Alpiarça, ter sido das primeiras do distrito de Santarém a assinar com os sindicatos dos seus

13/36

trabalhadores, protocolos para manutenção do horário das 35 horas semanais, contrariando uma medida governamental que havia imposto o horário das 40 horas. Congratulou-se também com o trabalho que a câmara de Alpiarça está a desenvolver para a certificação da variedade de Melão Manuel António, tendo sido já aprovada e inscrita no Catálogo Nacional de Variedades 2014, como variedade tradicional. Relativamente à segurança, lamentou que não se vejam patrulhas da GNR de Alpiarça nas ruas do concelho, em particular no Frade de Cima e com a ausência de patrulhamento é natural que aumentem os casos de furto. -----

----- O deputado Marco Silva relativamente ao que foi dito sobre os formadores de futebol juvenil do C.D. «Os Águias» estarem a ser mal pagos e também sobre a substituição da cobertura do pavilhão gimnodesportivo do mesmo clube, por conter amianto, opinou que este clube, embora sendo uma associação de utilidade pública e seja reconhecido o seu meritório trabalho ao longo de décadas, em várias modalidades desportivas, não deixa de ser uma coletividade particular, com os seus corpos dirigentes, as suas secções e os seus sócios, e são eles que devem fazer a gestão do clube, acrescentando o deputado que obviamente a câmara de Alpiarça contribui com subsídios e outros apoios a este e a outros clubes, mas não se pode substituir às entidades competentes, nomeadamente no que toca ao problema da cobertura que contém amianto, que como se sabe é um problema não só local, mas nacional. Continuando no uso da palavra o deputado disse não perceber toda a aversão à hipotética possibilidade de haver um complexo desportivo e formativo no Casalinho, que será uma mais-valia não só para aquele lugar mas também para todo o concelho e que era importante que de uma vez por todas ficasse esclarecido que o valor da obra é de 345.000 euros e não 600 e tal mil euros como se tem feito crer. Quando à falta de manutenção que grassa nalguns equipamentos desportivos, nomeadamente nos lugares, concordou que a câmara faça um esforço no sentido de fazer uma manutenção mais atenta desses espaços. -----

----- O deputado Mário Santiago fez uma chamada de atenção para os sinais de trânsito do concelho que estão a ser indevidamente utilizados pelo PCP ou pela CDU (PCP-PEV) para fazer propaganda eleitoral. Disse saber que isto é ilegal, que já houve uma abordagem do Vereador Francisco Cunha (Todos Por Alpiarça-PPD/PSD-MPT) numa reunião de câmara sobre este assunto, e disse que gostaria de saber se o

Executivo vai cumprir a Lei ou se pretende fazer cumprir a Lei e se já informou as forças políticas desta ilegalidade e que medidas pretende tomar se as forças políticas em causa não retirarem a propaganda, acrescentando que isto não é nada de pessoal contra estas forças políticas, é apenas porque a Lei é abrangente e deve ser cumprida. Depois o deputado disse que a sua intervenção se centraria numa crítica ao modo como têm funcionado os órgãos autárquicos neste mandato, que tem sido pautado por alguns casos insólitos e custa-lhe a crer que uma autarquia tenha funcionado nestes moldes, e pôs em causa o efeito prático desta nova modalidade das filmagens das reuniões de câmara, que o Presidente da Câmara tanto tem elogiado como inovação. Disse não pôr em causa a importância das pessoas saberem o que passa nas reuniões de câmara, mas ele próprio não gosta de ver o seu modo de funcionamento. E disse não gostar porque não vê as pessoas a trabalharem numa mesa redonda em prol da resolução dos problemas desta terra, disse ver uma representação com as pessoas dirigidas para uma câmara que as está a filmar e onde há uma má representação, com maus atores. Opinou que os vídeos que têm sido divulgados, acabam por ser motivo de chacota e nada abonam a favor de Alpiarça e que devem continuar a filmar as reuniões da câmara, mas reuniões onde se trabalhe e não onde se faça representação e onde se pare com a ironia, o cinismo e a hipocrisia. Estes vídeos também revelam que o Presidente da Câmara de Alpiarça tem incapacidade em lidar com a crítica e disse não ver problemas dos vereadores e deputados da oposição porem em causa a honestidade ou seriedade do Presidente, considerou que isso é a essência da Democracia e que não se pode governar democraticamente sem oposição e pediu ao Presidente da Câmara que comece a ter consideração pelos eleitos e pelo público. -----
----- O Presidente da Assembleia deu por terminado o período de antes da ordem do dia e disse que foi eleito para este cargo em outubro do ano passado e que não tem culpa se nos anteriores mandatos não eram cumpridos o Regimento da Assembleia e a Lei. Afirmou que o que diz a Lei e o Regimento é que um assunto que não tenha feito parte da Ordem do Dia inicial, para ser incluído nessa ordem de trabalhos, para ser discutido e votado, terá de ser aprovado por dois terços dos elementos da Assembleia e nesse sentido vai pôr à consideração do plenário se a moção apresentada pela bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT), sobre a homenagem a prestar a Manuel Duarte, vai ser ou não incluída na Ordem do Dia. -----

----- O deputado Fernando Ramalho informou o Presidente da Mesa que a bancada do PS além de ter também subscrito esta moção, fez uma recomendação no sentido de ser atribuída a Medalha Municipal da Liberdade, a Manuel Duarte e essa recomendação terá obrigatoriamente de ser votada durante esta assembleia. -----

----- O Presidente da Assembleia pôs à votação se a moção em apreço de atribuição da Medalha Municipal da Liberdade a Manuel Duarte, seria ou não de incluir na presente Ordem do Dia. Feita a votação, a inclusão desta moção na ordem do dia foi rejeitada com 10 votos contra da bancada da CDU-(PCP/PEV) e 6 votos a favor da bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT) e do PS. -----

----- O deputado Mário Santiago em declaração de voto disse que o que se fez foi a tábua rasa do que foi a tradição da CDU-(PCP/PEV) nos últimos anos, porque se tivesse sido sempre escrupulosamente cumprida a Lei, como o Presidente da Mesa está a fazer, ainda hoje não teríamos República, não se teria dado o 25 de Abril e Manuel Duarte nunca teria sido presidente da Câmara de Alpiarça, porque provavelmente ainda seríamos freguesia do concelho de Almeirim e nós também não estaríamos aqui como eleitos para a Assembleia Municipal de Alpiarça. -----

----- O deputado Fernando Ramalho em declaração de voto, disse que Manuel Duarte, merecia que todos os alpiarcenses se unissem numa justa e merecida homenagem, ao homem que foi o primeiro Presidente da Câmara de Alpiarça, neste ano do Centenário do Concelho, e que isso não vai ser possível por culpa da CDU-(PCP/PEV). -----

----- O deputado Marco Silva em declaração de voto disse que este assunto está a ser empolado de uma maneira que parece que a CDU-(PCP/PEV) tem alguma coisa contra Manuel Duarte, o primeiro Presidente da Câmara de Alpiarça, coisa que não é verdade, porque a CDU-(PCP/PEV) só não aprova esta proposta por ser este ano, mas se ela vier para o ano, a sua bancada com certeza que não terá problemas em aprová-la. Neste momento o deputado foi interrompido por vários elementos da assembleia e não pode completar a sua declaração de voto. -----

----- O Presidente da Assembleia explicou que a força política CDU-(PCP/PEV), que pela vontade do povo de Alpiarça, ganhou as eleições e é a força política maioritária nos Órgão Autárquicos entendeu que neste ano do Centenário, não se atribuiriam medalhas individuais, porque sendo o ano do Centenário, essas pessoas não viessem a

ser mais valorizadas em relação a pessoas homenageadas noutros anos, daí a proposta que há-de ser discutida a seguir, de atribuição da Medalha Municipal da Liberdade ao “Povo de Alpiarça”. -----

----- O deputado Miguel Sá Pereira, em declaração de voto, disse que fica triste com este argumento da CDU-(PCP/PEV) não ser contra, mas votar contra. Disse respeitar a decisão da maioria mas acrescentou que a atribuição da Medalha da Liberdade a Manuel Duarte, seria também uma justa homenagem a José Relvas. -----

----- O Presidente da Assembleia pôs à discussão uma recomendação apresentada pelo PS, de atribuição da Medalha da Liberdade, a Manuel Duarte. -----

----- O deputado Fernando Ramalho, em defesa desta recomendação, disse que nos últimos anos sempre foram apresentadas propostas ou recomendações pelas várias bancadas de atribuição de Medalhas Municipais da Liberdade e pensava que este ano seria do mesmo modo. Acrescentou que faz sentido a atribuição desta Medalha a Manuel Duarte, no ano do Centenário do Concelho, não só por ter sido o primeiro Presidente da Câmara de Alpiarça, mas também por ter sido daqueles que mais lutou para que Alpiarça deixasse de ser uma freguesia do Concelho de Almeirim. Disse ainda que para além de Manuel Duarte há outras pessoas que neste ano do centenário mereceriam ser homenageados no ano do Centenário do Concelho, nomeadamente José Relvas e José da Costa Malhou, nomes aliás propostos por José João Marques Pais, pessoa que não sendo de Alpiarça, muito se tem dedicado ao estudo dos assuntos da nossa terra. E não percebe porque é que a CDU-(PCP/PEV) não quer homenagear as pessoas que estiveram ligados ao nascimento do concelho de Alpiarça. Mas se não quer, que vote contra e diga claramente porque vota contra. -----

----- O deputado Marco Silva relativamente a esta intervenção do deputado Fernando Ramalho, disse que o Presidente da Assembleia como elemento eleito da bancada da CDU-(PCP/PEV), já explicou suficientemente bem porque é que esta força política entende que no ano do Centenário, não se deverão atribuir Medalhas da Liberdade a título individual, precisamente para que as pessoas que eventualmente viessem a ser homenageadas, neste ano em que o concelho de Alpiarça completa 100 anos, não tivessem maior relevância que outros alpiarcenses homenageados noutros anos atrás por altura do aniversário do 25 de abril de 1974. -----

----- Finda esta intervenção o Presidente da Assembleia pôs esta recomendação à votação, tendo sido rejeitada com 10 votos contra da bancada da CDU-(PCP/PEV) e 6 votos a favor das bancadas do PS e do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). -----

----- O Presidente da Assembleia deu depois a palavra ao Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas pelos vários deputados. -----

----- O Presidente da Câmara antes de responder às questões formuladas, disse que faltavam 10 minutos para a meia-noite e esperava que lhe fosse concedido algum tempo para poder responder às questões que com toda a legitimidade lhe foram colocadas pelos membros desta assembleia municipal. Disse que ficou hoje aqui bem claro quem é que contribui para o normal funcionamento institucional dos órgãos e quem provoca situações de total desrespeito que não dignificam a vida democrática, nem dignificam o funcionamento desta assembleia. -----

----- Relativamente às questões colocadas pelo deputado Paulo Sardinheiro informou que embora possam ser válidas para o concelho as alternativas que foram propostas pelo munícipe Eduardo Costa à obra que se pretende fazer no Casalinho, reforçando que já disse aqui várias vezes que não havia alternativas no quadro das condições que foram apresentadas à Câmara de Alpiarça, para abertura de candidaturas. Relativamente à iluminação LED, disse já ter explicado que a CIMLT está a preparar uma candidatura conjunta dos onze municípios que constituem a comunidade intermunicipal, para dotar estes concelhos com este tipo de iluminação. Relativamente à manutenção das infra-estruturas desportivas, há todo o interesse por parte da autarquia em mantê-las no melhor estado de funcionamento e continuarão a ser acompanhadas como terão com certeza sido em executivos anteriores. Sobre o apoio ao futebol disse que a câmara de Alpiarça faz o apoio global às iniciativas desportivas do concelho e à prática desportiva e cultural apoiando as coletividades, mas não intervém ao ponto de definir vencimentos ou prémios a jogadores e a treinadores. Acrescentou que esta câmara tem vindo a aumentar o apoio ao movimento associativo desde 2009, esse apoio é reconhecido por toda a gente, mas terão de ser os dirigentes, os sócios e seccionistas que terão de procurar as melhores soluções e o melhor equilíbrio para quem intervém na prática desportiva. Disse que esse apoio da câmara às diversas atividades tem trazido resultados positivos para o concelho e basta estar atento aos meios de comunicação nacionais e regionais para se

18/36

aperceberem desses resultados. Quanto à reunião de empresários promovida pela Nersant, disse que de facto o presidente da câmara não esteve presente, não só porque tinha outro compromisso nesse dia, mas também porque não foi convidado para estar presente. A câmara de Alpiarça desde o primeiro momento que apoiou a iniciativa disponibilizando instalações, mas a Nersant informou-nos que seria uma reunião de trabalho apenas com empresários de Alpiarça e que mais tarde seria então promovida uma outra reunião mais alargada e que nessa reunião o presidente seria convidado para estar presente. Mas para além disso o município tem reunido com empresários, com agricultores, com agentes económicos, fizeram-se visitas temáticas e têm sido feitas muitas outras iniciativas e não percebe por isso a sublimação que foi dada uma determinada reunião. -----

----- Quanto às questões de segurança o Presidente da Câmara disse que é uma questão que preocupa o município, e o problema tem sido acompanhado, a questão tem sido tratada ao nível que deve ser tratada, já reuniram várias vezes com o comando territorial distrital da GNR, já reuniram várias vezes com o comandante do posto da GNR de Alpiarça e que estão à espera de uma audiência com o senhor ministro da Administração Interna que tem a ver com a resolução do problema da segurança de pessoas e bens e para a resolução do problema da recuperação do antigo edifício dos Paços do Concelho que alberga o posto da GNR de Alpiarça. Acrescentou que há documentos que o PPD/PDS-MPT tem publicado e que procuram criar o alarmismo, que falam em aumentos brutais do aumento da criminalidade em Alpiarça. Disse ter documentos que provam que houve um aumento grande de criminalidade em todos os concelhos entre 2001 e 2009 e que tem muito a ver com a disponibilidade das vítimas para recorrerem aos mecanismos que têm ao seu alcance e que em certa medida tem a ver com a reposição de bens ao nível dos seguros e que leva a uma maior apresentação de queixas. Entre 2009 e 2013 e nos crimes contra as pessoas e contra o património, há algumas pequenas oscilações e a realidade alpiarcense é que em 2013 até houve um decréscimo dessa criminalidade, porque tinha havido um pico em 2012 devido a meia dúzia de casos. Considerou que não é justo que se responsabilize o Executivo por estas questões de segurança, porque senão nos outros concelhos também temos de responsabilizar os seus presidentes e os seus vereadores

e é preciso lembrar que há concelhos governados por outras forças políticas, que não só a CDU-(PCP/PEV). -----

----- Depois respondendo às questões colocadas pelo deputado Miguel Sá Pereira, e relativamente ao protocolo que foi assinado sobre o mini-campo de futebol do Casalinho, o município já tomou a iniciativa de falar com as partes que estão envolvidas neste protocolo, como sejam a Associação de Futebol de Santarém e com a Federação Portuguesa de Futebol, as quais se mostraram perfeitamente recetivas à trasladação deste mini-campo para um espaço urbano da vila, onde estará mais consentâneo com o seu objetivo inicial, que não a sua colocação num descampado. -----

----- Quanto ao gradeamento dos Patudos o Presidente disse que já falou aqui várias vezes no gradeamento, que não tem a importância que lhe quiseram dar, e desmentiu quem disse que ele foi com os vereadores da oposição, pessoalmente, mostrar o gradeamento, disse que nunca o disse nem o escreveu em lado nenhum, mas que não teria qualquer problema em acompanhá-los ao local, mas que encarregou alguém de o fazer, porque não se justificava fazer de cicerone aos vereadores, para aquele efeito. ---

----- Quanto à obra do novo Auditório dos Patudos, tem de facto um problema, teve um problema de conceção de projeto, e as humidades e fungos absorvidas durante anos por aqueles tijolos estão a sair e a câmara de Alpiarça já está a tratar do assunto junto de quem concebeu o projeto e de quem fez a obra. Há esse problema no novo auditório da Casa dos Patudos, ele está lá, e se acham bem divulgá-lo nas redes sociais e na blogosfera que o façam, se acham que estão a criar uma boa imagem de Alpiarça. Lembrou que erros em projetos e em obras, sempre os houve, no passado e nos mandatos do PS e que também tiveram de ser resolvidos e custaram dinheiro ao município. -----

----- Relativamente às obras de abastecimento de água, o Presidente da Câmara disse que é evidente que causa transtorno e que sempre causou, quando houve necessidade de colocar águas, esgotos, passeios e alcatrão, tanto em mandatos da CDU, como em mandatos PS, mas para o bem estar das populações de Alpiarça. Acrescentou que já aqui explicou que as obras atuais são da responsabilidade das Águas do Ribatejo, que houve um problema de falência de um empreiteiro, que a empresa teve de tomar posse administrativa das obras em curso e entregá-las a outro empreiteiro e que mesmo assim, as coisas foram resolvidas com alguma celeridade.

20/36

Disse que é evidente que há problemas por resolver, de abatimentos, de partes por asfaltar, mas que os serviços camarários estão atentos a isso e que os vão tentando resolver o mais rapidamente possível junto do empreiteiro. Finalizou dizendo que a obra que tem causado maior transtorno é a ligação da conduta para a Zona Industrial e a abertura de ramais para as casas de habitação e que as estradas ficam rasgadas, mas que não há outro modo de fazer o que tem de ser feito. -----

----- Sobre o não funcionamento dos semáforos na Gouxaria, o Presidente da Câmara disse que é uma avaria que terá de ser resolvida, porque como é evidente a Gouxaria pertence a Alpiarça. -----

----- Quanto ao lugar dos Tolilas, o Presidente da Câmara informou que é uma área de génese ilegal e que aquelas habitações, por enquanto, não têm condições para ser legalizadas porque estão fora da área de influência do PDM e é um assunto que se arrasta há vários mandatos e levará ainda algum tempo a ser resolvido. -----

----- Sobre o bar das piscinas, o Presidente da Câmara disse que é um tema que deixará para o Vereador Arraiolos responder. -----

----- Relativamente ao Canil Municipal, o Presidente da Câmara disse que por lapso seu que assume, informou na última ou penúltima assembleia municipal, que o canil era da responsabilidade da Junta de Freguesia, mas não é, o canil municipal passou a ser novamente da responsabilidade do Município, por acordo entre as partes. -----

----- Atingidas as 24h00 o Presidente da Assembleia e de acordo com o Regimento, pôs à votação do plenário a continuação ou não dos trabalhos para além desta hora, tendo sido aprovado continuar os trabalhos, com 10 votos a favor da bancada da CDU-(PCP/PEV), 5 votos contra (2 da bancada do PS e 3 da bancada do Todos Por Alpiarça-PPD/PSD-MPT) e 1 abstenção da bancada do PS. -----

----- Relativamente à intervenção do deputado João Pedro Silva, o Presidente da Câmara corroborou as palavras do deputado no que diz respeito à assinatura de dois ACEEP's com os sindicatos dos trabalhadores da autarquia e também sobre a certificação do Melão Manuel António. Sobre a ausência de patrulhamento no Frade de Cima e noutros locais do concelho, a GNR de Alpiarça debate-se com um problema já muito antigo que é a falta de gasóleo, enquanto a GNR de Almeirim não tem tantas limitações e por isso de vez em quando auxilia a GNR de Alpiarça nalguns patrulhamentos. -----

----- Relativamente à questão colocada pelo deputado Mário Santiago, sobre se a Câmara de Alpiarça pretendia cumprir a Lei no que toca à propaganda política colocada, segundo o deputado, ilegalmente na sinalização vertical, o Presidente da Câmara respondeu que sim, que a Câmara de Alpiarça pretendia cumprir a legislação sobre essa matéria, mas que não atua de forma persecutória contra o PCP ou qualquer outra força política, e que não retira a propaganda política de forma indevida. -----

----- O Vereador João Pedro Arraiolos relativamente ao bar das piscinas, informou que existe um litígio com o proprietário e que o mesmo se encontra encerrado, e o Executivo está a atuar de acordo com o que lhe é permitido, para resolver o problema.

----- O Presidente da Assembleia concedeu um intervalo de 5 minutos.-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Ponto 1 - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da lei n.º 75 de 2013, de 12 de Setembro.** -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para se pronunciar sobre este ponto. -----

O Presidente da Câmara usou da palavra apenas para referir à situação financeira do município, informando que a dívida global tem continuado a diminuir e que neste momento se situa em 11.460.000 € e uma disponibilidade financeira acrescida em tesouraria na ordem dos 80.000 €. -----

----- Inscreveram-se para intervir os deputados Paulo Sardinheiro e Mário Santiago .

----- No uso da palavra o deputado Paulo Sardinheiro relativamente a uma questão que tinha colocado ao Presidente da Câmara no período antes da ordem do dia sobre a segurança, ao que o mesmo respondeu que o Executivo estava preocupado com a segurança e que o Presidente da Câmara já tinha reunido várias vezes com o comando distrital e com o comandante do Posto de Alpiarça da GNR, o que é facto é que essas reuniões não constam desta informação escrita do Presidente da Câmara. -----

----- O deputado Mário Santiago referiu-se ao Conselho Municipal de Segurança, dizendo que este Conselho no último mandato nunca reuniu, e por Lei terá de reunir trimestralmente e tendo já decorrido três meses desde a nomeação do novo Conselho Municipal de Segurança, perguntou se estava prevista alguma reunião. O deputado disse ainda que relativamente à segurança em Alpiarça, ainda hoje soube do roubo de

22/36

mais uma carrinha de caixa aberta em Alpiarça, e que está na posse de dados estatísticos, que todos podemos pensar que são apenas números, mas que apontam para dados que indicam que a criminalidade em Alpiarça está em níveis muito piores dos que estavam há uns anos atrás. Não tem provavelmente nada a ver com o Executivo e a si em particular preocupa-se é com o papel que o Executivo pode desempenhar junto das forças de segurança, e opinou que o Conselho Municipal de Segurança tem um papel importante nesta matéria que não está a ser desempenhado .

----- O Presidente da Câmara relativamente à questão colocada pelo deputado Paulo Sardinheiro, reafirmou que tem abordado e reunido com elementos não só do comando distrital da GNR, mas também com o comandante do posto de Alpiarça, embora neste último caso de um modo mais informal, e que é natural que esses encontros não constem da lista de atividades do Presidente da Câmara, constante deste ponto da ordem de trabalhos, talvez porque não tenham sido consideradas as mais relevantes. -----

----- Sobre a intervenção do deputado Mário Santiago, o Presidente da Câmara confirmou que de facto o Conselho Municipal de Segurança não reuniu, e não reuniu porque ainda não foi possível dar posse aos membros deste Conselho, por uma razão que hoje até vem a esta assembleia municipal para alteração e que tem a ver com o facto de um dos artigos do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança referir, certamente por lapso, os nomes dos antigos membros do Conselho, e só depois de corrigido esse artigo será possível dar posse ao novo Conselho e iniciar a realização de reuniões. O Presidente da Câmara opinou que este Conselho de Segurança não será a panaceia para todos os problemas de segurança que afetam o concelho de Alpiarça, mas que ele próprio e o Executivo continua muito atento e preocupado com estes problemas. Finalizou afirmando que realmente o antigo Conselho Municipal de Segurança nunca reuniu, mas que como teve oportunidade de dizer numa anterior assembleia municipal, aconteceram reuniões do Conselho Municipal de Educação, do qual o deputado Mário Santiago, na qualidade de então presidente desta assembleia fazia parte e embora tenha sido convocado, nunca compareceu. -----

----- **Ponto 2 – Apreciação do Relatório Anual de Atividades de 2013 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alpiarça (C.P.C.J.).** -----

----- O Presidente da Assembleia pôs o ponto à discussão referindo que é obrigação da C.P.C.J. todos os anos enviar este Relatório não só para o Ministério Público, mas também para a assembleia municipal. Adiantou que não carece de aprovação, mas apenas de apreciação. Como tal foram aceites inscrições dos deputados para intervirem sobre este ponto, tendo-se inscrito os deputados: Margarida do Céu e Paulo Sardinheiro. -----

----- A deputada Margarida do Céu disse que ao ler este relatório ficou com uma imagem um tanto ou quanto negativa porque diz ter-se apercebido que a modalidade alargada não funcionou, que existiu alguma falta de capacidade para fazer mais reuniões e falta de tempo e interesse das pessoas que integram esta comissão alargada. A C.P.C.J. refere ainda neste relatório, pelo menos em duas ocasiões, a ausência de reconhecimento por parte dos serviços e a falta de reconhecimento por parte da comunidade, dando a ideia que a C.P.C.J. tem uma imagem muito negativa de tudo o que a rodeia. Daí que a deputada Margarida do Céu gostasse de ver melhor esclarecidos estes pontos do relatório. -----

----- O deputado Paulo Sardinheiro perguntou se estava presente nesta assembleia alguém desta Comissão para dar algumas explicações sobre o presente relatório, ao que o Presidente da Assembleia respondeu que não estava ninguém presente, que a C.P.C.J. era uma comissão absolutamente autónoma e apenas utilizava as instalações da câmara para fazer o seu trabalho, acrescentou que as questões colocadas pelos deputados seriam remetidas a esta comissão, que remeteria as respetivas respostas aos deputados. O deputado disse então que tinha as mesmas dúvidas e preocupações da deputada que opinou que se a comissão reconhecia que dispunha de condições e infraestruturas para executar o seu trabalho, então o Executivo deveria analisar que tipo de serviços são estes por quem eles não se sentem apoiados. Acrescentou que verificou que houve trinta e um processos instaurados e que destes, treze foram participados à entidade policial e que seria interessante perceber a evolução durante os últimos cinco anos deste tipo de casos e que fará chegar à comissão algumas das suas preocupações, questões e dúvidas. -----

----- O Presidente da Câmara relativamente a uma referência que foi feita aos serviços, disse julgar que não se trata certamente dos serviços do município, porque

nunca nada nos foi comunicado e porque desde sempre o município colaborou em tudo o que lhe foi solicitado. -----

----- O deputado Marco Silva informou que em tempos pertenceu a essa comissão a largada e que ainda participou nalgumas reuniões dessa comissão e que nunca chegou a perceber muito bem qual era o seu papel naquela comissão e deixou de participar nessas reuniões e assim como ele provavelmente outras pessoas deixaram de ter interesse em participar. -----

----- O Presidente da Mesa informou que lhe tinham feito chegar algumas questões por escrito e que o deputado Paulo Sardinheiro o informou que lhe as remeteria por e-mail, sendo que desse modo as vai fazer chegar à Presidente da C.P.C.J. de Alpiarça, para proceder aos esclarecimentos solicitados. -----

----- **Ponto 3 – Substituição do representante da Assembleia Municipal na Comissão de Proteção de Menores – C.P.C.J.** -----

----- O Presidente da Assembleia pôs o ponto à discussão, informando que um dos elementos indicados pela CDU-(PCP/PEV), a Dr.ª Tânia Graça, também está no CLDS+ o que gera incompatibilidades ao estar simultaneamente na C.P.C.J., daí que a Dr.ª Tânia Graça tenha renunciado ao cargo. Assim, cabe à CDU indicar um outro elemento para representar a Assembleia Municipal na Comissão de Proteção de Menores – C.P.C.J. A CDU-(PCP/PEV) indicou a deputada Liliana dos Santos Carapinha. Procedeu-se então à eleição por voto secreto da representante da Assembleia Municipal na C.P.C.J, tendo sido eleita a referida deputada com 12 votos a favor e 4 votos em branco. -----

----- **Ponto 4 - Apreciação e votação da proposta para abertura do procedimento, bem como conceder autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais do “Concurso público n.º 01/2013/CCE para aquisição de energia elétrica para instalações alimentadas em BTN, BTE e MT – Central de Compras Eletrónicas da CIMLT”.** -----

----- O Presidente da Assembleia pôs o ponto à discussão, e perguntou ao Presidente da Câmara se queria intervir sobre o ponto. O Presidente da Câmara passou a palavra ao vereador João Pedro Arraiolos que explicou que estamos aqui a apreciar e a votar a a proposta de abertura do procedimento, bem como conceder autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais do “Concurso público n.º 01/2013/CCE para aquisição de energia elétrica para instalações alimentadas em BTN, BTE e MT – Central

25/36

de Compras Eletrónicas da CIMLT”. Acrescentou que este concurso integra um lote de Acordos Quadro aberto pela Comunidade Intermunicipal para os vários municípios que a compõem, para a contratação do fornecimento de vários serviços, como sejam combustíveis, comunicações fixas, comunicações móveis, etc. sendo no caso vertente para o fornecimento de energia elétrica. Neste caso o contrato foi assinado em Outubro de 2013 entre a CIMLT e a EDP Distribuição e é necessário que cada um dos municípios faça o ajuste direto à empresa, depois da haver um vencedor do concurso, daí que seja necessária a aprovação da Assembleia Municipal desta mesma abertura de procedimento e autorização prévia assunção de compromissos plurianuais, tal como tem vindo a ser feito nos outros serviços, em que há um ganho em termos de economia de escala, não só para o município de Alpiarça, como para todos os outros municípios que fazem parte da Comunidade. -----

----- O deputado Fernando Ramalho disse que isto foi aprovado em reunião de câmara de maio do ano passado, por lapso não veio à assembleia municipal e entretanto o senhor Vereador disse que este concurso já decorreu e já está concluído, o que significa que não fez falta nenhuma a aprovação da assembleia municipal. -----

----- O Vereador João Pedro Arraiolos disse que não é nada disso, informou que o concurso decorreu a nível da CIMLT com a aprovação das várias câmaras e com base na previsão de custos para cada município e a empresa que ganha fornece o mesmo bem a todos os municípios. Depois cada um dos municípios tem de fazer um ajuste direto à empresa segundo a estimativa de custos, para a realidade de cada município. O Vereador acrescentou que conforme está explicado, e por lapso dos serviços, o procedimento que agora está a ser feito deveria ter acontecido logo na assembleia municipal seguinte, e não o foi, mas está a ser feito agora, o que não impede de fazermos agora a adjudicação, tal como outros municípios estão agora a fazer também as suas mesmas adjudicações. -----

----- O deputado Fernando Ramalho disse que houve uma declaração de voto de uma das Vereadoras presentes na reunião de câmara, que se teria absterido e seria interessante saber o porquê da vereadora se ter absterido e essa declaração de voto não está presente na documentação, alegou que não se sente confortável ao votar um ponto sem saber o conteúdo da declaração de voto da senhora Vereadora. -----

----- O deputado Mário Santiago opinou que nenhum dos deputados está seguro do que está a votar, uma vez que não estão na posse de todos os elementos, já se percebeu que há um mero pro-forma que não foi cumprido, ou seja não veio à assembleia municipal e não impede em nada o normal fornecimento da energia elétrica, que é o que está a acontecer e sugeriu a retirada desta proposta e a sua vinda a uma próxima assembleia, já com a declaração de voto em falta e inclusivamente com um parecer, para percebermos qual a implicação para os deputados de só agora estarmos a apreciar uma proposta que já devia ter vindo anteriormente. -----

----- O Vereador João Pedro Arraiolos informou que de facto só conseguimos manter os atuais preços da energia elétrica até ao próximo dia 15 de Março, daí que haja todo o interesse em que esta proposta seja votada, para podermos fazer esta adjudicação. Voltou a admitir que houve bastante tempo para esta proposta já ter vindo à assembleia municipal anteriormente, mas por lapso dos serviços, isso não aconteceu. -

----- O deputado Marco Silva disse que da parte da bancada da CDU-(PCP/PEV) a proposta deve ser votada e não retirada. -----

----- O Presidente da Câmara reiterou as palavras do Vereador João Pedro Arraiolos, acrescentando que este contrato de ajuste direto é exatamente igual aos dos restantes municípios que integram a CIMLT, e decorrente de um concurso da Central de Compras Eletrónicas da comunidade. Opinou que é de todo o interesse que esta proposta seja apreciada e votada favoravelmente, apesar do atraso, dado que como explicou o Vereador Arraiolos, ainda vamos a tempo de fazer o ajuste direto, até porque todos os restantes municípios que integram a CIMLT estão neste momento a proceder aos respetivos ajustes diretos. Opinou que o sentido de voto da então Vereadora Regina Ferreira, foi de abstenção, que teve realmente uma declaração de voto e que tinha praticamente a certeza que o mesmo se deveu ao facto da referida vereadora alegar que não dispunha dos conhecimentos necessários para votar favoravelmente a proposta. -----

----- O deputado Fernando Ramalho, disse admitir que até possa ter havido um lapso e que haja interesse do Executivo em que esta proposta seja votada favoravelmente para conseguirem manter os preços da energia elétrica, alegou porém que também fazia sentido que o Executivo ou a Mesa, explicassem porque não juntaram a declaração de voto da Vereadora Regina Ferreira à restante documentação

27/36

e porque razão a declaração de voto não veio e se é importante ou não as declarações de voto acompanharem a documentação, porque por muito menos e em mandatos anteriores, a bancada da CDU-(PCP/PEV), fez autênticas “guerras de alecrim e manjerona” e também para que das próximas vezes tenham mais cuidado com a documentação que é remetida à assembleia municipal. O deputado pediu a suspensão dos trabalhos por cinco minutos. -----

----- O Presidente da Câmara pediu a palavra ao Presidente da Mesa e disse reconhecer que de facto a pessoa que fez a certidão da ata da reunião de câmara, por lapso não teria colocado a declaração de voto da então Vereadora Regina Ferreira. Acrescentou que entretanto, o Vereador João Pedro Arraiolos foi ao site oficial do município de Alpiarça onde se encontram publicadas as atas da Câmara de Alpiarça e encontrou a ata em causa que contém a declaração de voto da vereadora, que tem o seguinte teor: “A Vereador Regina Ferreira declarou abster-se por não ter conhecimento atempado da informação”. O Presidente da Câmara finalizou dizendo que assume o lapso porque a responsabilidade é do Executivo, dado que a certidão estava incompleta e que agora a retirada do ponto e a sua consequente não aprovação e a eventual convocação de uma assembleia municipal extraordinária, apenas por faltar uma declaração de voto que até está publicada no site oficial do município de Alpiarça, será da responsabilidade de quem votar favoravelmente a retirada do ponto. -

----- O deputado Fernando Ramalho voltou a solicitar a interrupção dos trabalhos por cinco minutos. Interrupção que foi concedida pelo Presidente da Assembleia. -----

----- Retomados os trabalhos, o Presidente da Assembleia pôs o ponto à votação tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 11 votos a favor [10 votos da bancada da CDU-(PCP/PEV) e 1 voto da bancada do Todos por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT)], 3 abstenções da bancada do PS, tendo-se verificado a ausência de dois deputados da bancada do Todos por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). -----

----- **Ponto 5 - Apreciação e votação da alteração da alínea h) do art.º 15 do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança.** -----

----- O Presidente da Assembleia pôs o ponto à discussão informando que tal como já foi explicado anteriormente, no período de antes da ordem do dia, trata-se de uma proposta de alteração da alínea h) do art.º 15 do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, que indica nomes de pessoas e a proposta é que em vez de indicar

nomes, “um conjunto de cidadãos de reconhecida idoneidade, em número máximo de 10, designados pela Assembleia Municipal. Mais informou que a Lei fala em vinte cidadãos mas atendendo à dimensão do concelho, entendeu-se que dez pessoas seriam suficientes e no caso do presente Conselho Municipal até irá ser dada a posse apenas a cinco cidadãos, em representação da Assembleia Municipal. -----

----- Inscreveram-se para intervir os deputados: Miguel Sá Pereira, Mário Santiago e Fernando Ramalho. -----

----- O deputado Miguel Sá Pereira disse que na generalidade a bancada do PS estava de acordo com esta nova redação da alínea h), porém sugeriu que caso fosse possível acrescentar a frase “após a primeira assembleia”. E no artigo onze, sugeriu que fosse acrescentado um terceiro ponto em que “para a elaboração dos pareceres deviam os serviços municipais facultar no prazo máximo de dois dias, toda e qualquer informação disponível, a quem vai emitir o parecer”. -----

----- O Presidente da Câmara usou da palavra opinando que não lhe parecia justo estar a estabelecer o prazo máximo de dois dias para os serviços municipais facultarem toda e qualquer informação disponível, quando não podemos estabelecer prazos para outras entidades externas, a quem eventualmente se tenham de pedir informações. ---

----- O Presidente da Assembleia considerou que a única alteração a este Regulamento que veio a esta assembleia foi a redação da alínea h), e é essa alteração que deve ser discutida e votada. Considerou inoportuno estar a introduzir outras alterações para discutir e votar quando as pessoas não tinham conhecimento delas. Por outro lado considerou que os membros que irão integrar o Conselho Municipal de Segurança têm toda a liberdade de proporem as alterações que acharem mais adequadas ao funcionamento do conselho, obviamente cumprindo a lei que lhe deu origem. -----

----- O deputado Mário Santiago considerou que esta alteração da alínea h) é importante e necessária, porque tal como estava a redação impedia que as pessoas nomeadas tomassem posse. Por outro disse acreditar na palavra do Presidente da Câmara e no seu empenhamento para que este Conselho Municipal reúna e faça o seu trabalho, o melhor que possa e saiba, coisa que não aconteceu no mandato anterior, e que possa contribuir para melhorar a segurança de pessoas e bens no nosso concelho.

----- O deputado Fernando Ramalho disse que lhe custa a crer que este documento cuja alínea h) e que contém os nomes da anterior comissão seja o Regulamento original e que se deveria consultar a ata no qual o mesmo foi aprovado para apurar isso mesmo, porque lhe parece que lhe parece mais que se trata de uma transcrição do Regulamento ao qual foram acrescentados os nomes das pessoas designadas na altura para integrarem este Conselho Municipal. -----

----- O Presidente da Câmara usou da palavra dizendo que este regulamento é da responsabilidade desta Assembleia Municipal e que de acordo com esse mesmo regulamento, o mesmo tem natureza provisória, devendo ser enviado, após aprovação pela Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, uma vez que este preside ao Conselho Municipal de Segurança, devendo o Presidente da Câmara Municipal convocar os membros deste conselho. Não deve ser esquecido também que os membros do Conselho tomam posse perante a Assembleia Municipal. O Presidente da Câmara finalizou dizendo que logo que esta Assembleia aprove a nova redação da alínea h), compromete-se a dar instruções para que sejam contactados os novos elementos nomeados, para que tomem posse perante a Assembleia, para que depois passem a reunir com regularidade prevista na Lei. -----

----- O Presidente da Assembleia informou que tal como proposto a alínea h) do art.º 15 do regulamento em discussão, teria a seguinte redação: *“h) - Um conjunto de cidadãos de reconhecida idoneidade, em número máximo de 10, designados pela Assembleia Municipal”*. Assim onde se podia ler *“h) - Os seguintes cidadãos de reconhecida idoneidade: Celestino Tomás Pereira Brasileiro; Celso Jorge Pereira Freilão Braz; João Manuel de Jesus Brito; Paulo Jorge Saraiva Lopes; Rui Luís Oliveira; Sónia Maria Figueiredo Paulo Raposo”*, passa a ler-se: *“h) - Um conjunto de cidadãos de reconhecida idoneidade, em número máximo de 10, a designar pela Assembleia Municipal”*. Posta à votação a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

----- **Ponto 6 - Apreciação e votação da Proposta de Atribuição da Medalha Municipal da Liberdade ao “Povo de Alpiarça”;** -----

----- O Presidente da Assembleia deu a palavra à deputada Fernanda Cardigo, que passou a apresentar por parte da bancada da CDU-(PCP/PEV) a Proposta de atribuição da Medalha Municipal da Liberdade ao “Povo de Alpiarça”. -----

----- O Presidente da Assembleia passou a aceitar inscrições dos deputados que quisessem intervir neste ponto, tendo-se inscrito: Paulo Sardinheiro, Mário Santiago, Fernando Ramalho e Marco Silva. -----

----- O deputado Paulo Sardinheiro relativamente a esta proposta disse que ela era bem vinda, no Centenário do Concelho, e que faz justiça à luta do Povo Alpiarçense nomeadamente contra o Estado Novo, embora nesta homenagem acabem por ser homenageados outros alpiarçenses que não agiram corretamente. Lamentou que especialmente no Ano do Centenário, tivesse sido recusada a proposta de homenagear Manuel Duarte, o primeiro Presidente da Câmara de Alpiarça e que também lutou para que a freguesia de Alpiarça se emancipasse do concelho de Almeirim e passasse a ser concelho. Disse lamentar também que não fosse reconhecido em momento algum da proposta apresentada pela bancada da CDU-(PCP/PEV) o nome do senhor José João Marques Pais, que em 15 de Janeiro de 2014 enviou a todas as bancadas, um conjunto de recomendações para homenagens, de entre as quais esta de atribuir a Medalha da Liberdade ao Povo de Alpiarça. Finalizou dizendo que a sua bancada irá aprovar a presente proposta. -----

----- O deputado Mário Santiago lamentou que no Ano do Centenário do Concelho, com toda a simbologia que isso representa, esta homenagem tivesse de ser apresentada apenas por uma bancada e que não tivesse havido a hombridade de convidar os outros representantes do povo de Alpiarça, a associarem-se a esta homenagem, sabendo que esta proposta chegou a todas as bancadas e disse fazer suas as palavras do seu colega de bancada que o antecedeu. -----

----- O deputado Fernando Ramalho disse fazer suas as palavras dos dois deputados que o antecederam e disse lamentar que um cidadão que teve um grande gesto de enviar a todas as bancadas uma proposta fundamentadíssima, com uma sapiência imensa, sobre o passado de Alpiarça não tenha tido da parte da CDU-(PCP/PEV) que copiou a proposta não tenha tido aqui uma única referência. Lamentou também que ao contrário de todos os anos que levamos de atribuição de Medalhas da Liberdade, se tenham discutido e votado essas propostas sem que as mesmas constassem da ordem de trabalhos da assembleia e este ano não tenha sido assim e tenha sido diferente. Disse não gostar dessa atitude por parte da CDU-(PCP/PEV). Disse depois que iriam votar a proposta de homenagem ao povo de Alpiarça, e propôs uma alteração à mesma

31/36

e que passou a ler. O Presidente da Assembleia disse que foi a primeira vez que está a ouvir tal texto, tendo o deputado Fernando Ramalho respondido que a CDU já o leu. ---

----- O Presidente da Câmara pediu para usar da palavra, dizendo que não lhe compete intervir nesta matéria, uma vez que não é membro da Assembleia, mas acha que isto não faz sentido nenhum, que a CDU-(PCP/PEV) apresentou uma moção, que convida todas as outras bancadas a associarem-se a ela, a subscreverem-na e que faz todo sentido que a moção seja da assembleia municipal de Alpiarça. Acrescentou que aqui ninguém desvalorizou o papel do Dr. José João Marques Pais, pessoa por quem têm a máxima consideração e no caso da Câmara de Alpiarça têm tido todo o gosto em colaborar. A atitude da CDU-(PCP/PEV) foi a de unir no Ano do Centenário, daí a proposta de homenagear todo o povo de Alpiarça e se alguém está aqui a dividir as pessoas não será esta força política. -----

----- O Presidente da Assembleia opinou que as pessoas que apresentam moções e quando querem o máximo de consenso devem evitar certas questões que possam dividir, nesta proposta procurou-se o consenso, não há no texto qualquer referência à palavra CDU, nem qualquer referência ao Partido Comunista Português, que é um partido que claramente está ligado à história do povo alpiarcense. -----

----- O deputado Marco Silva disse que a moção foi apresentada pela CDU-(PCP/PEV), mas pode ser subscrita por todas as bancadas e a bancada proponente teria todo o gosto que a proposta fosse subscrita por toda a assembleia. -----

----- O deputado Fernando Ramalho afirmou que a bancada do PS estaria disposta a associar-se à moção desde que a alteração apresentada por esta bancada constasse do texto da moção. -----

----- O Presidente da Assembleia opinou que as propostas foram elaboradas por pessoas diferentes, têm formas de redação diferentes e que será difícil integrar o texto apresentado pela bancada do PS na moção inicial proposta. -----

----- O deputado Marco Silva disse que a CDU não aceita a alteração do texto da moção apresentada pela CDU-(PCP/PEV) e que as bancadas foram convidadas a associarem-se à moção com o texto que tem e que se procurou fosse o mais consensual possível. Disse que esta discussão estava a ser estéril e apelou que se passasse à votação. -----

----- O Presidente da Assembleia pôs a moção para atribuição da Medalha Municipal da Liberdade ao “Povo de Alpiarça” à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

----- O deputado Fernando Ramalho fez declaração de voto, dizendo que a bancada do PS votou a favor tendo em conta que o Povo de Alpiarça coletivamente merece tal distinção. Só não subscreveram a proposta porque não foram convidados a participar na sua elaboração e propuseram que fosse incluída na moção um trecho que em nada alterava o sentido da moção. Pretendia-se apenas acrescentar um texto que chegou a todas as bancadas, elaborado por José João Pais, ex-vereador e um amante da história de Alpiarça, que tem feito um trabalho magnífico de levantamento do nosso passado. Esse município dirigiu a todas as bancadas uma proposta fundamentadíssima e uma explicação porque sugeria a atribuição da Medalha da Liberdade ao Povo de Alpiarça, e como a CDU-(PCP/PEV) entendeu omitir o nome desse Alpiarcense, o PS entendeu que esse texto que se pretendia acrescentar, era uma forma de homenagear o historiador, mas a bancada da CDU-(PCP/PEV) não aceitou. O deputado finalizou que na sua opinião o facto de se homenagearem outros Alpiarcenses ligados à história do nascimento do Concelho de Alpiarça e neste Ano do Centenário, em nada beliscava a homenagem coletiva ao povo de Alpiarça, mas a CDU- (PCP/PEV) entendeu o contrário. De qualquer modo o PS votou a favor da homenagem proposta. -----

----- O deputado Paulo Sardinheiro em declaração de voto, disse que a bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT), apoiou e votou esta proposta por entender que faz todo o sentido homenagear coletivamente o Povo de Alpiarça neste Ano de Centenário do Concelho, lamentou profundamente a falta de boa vontade da parte da CDU-(PCP/PEV) em integrar na sua proposta um pequeno texto complementar à proposta que foi apresentada e lamentou também que não possa ser homenageado o fundador do concelho de Alpiarça. -----

----- O deputado Marco Silva em declaração de voto disse que conhecendo bem o senhor José João Pais, como conhece, não acredita que ele quisesse ver o seu nome referenciado nesta moção de homenagem coletiva, em que não são feitas referências individuais a qualquer pessoa, mas apenas a um coletivo que é o Povo de Alpiarça. -----

----- **Ponto 7 - Apreciação e votação da Moção em Defesa dos Doentes Oncológicos, apresentada pela Câmara Municipal de Elvas.** -----

----- O Presidente da Assembleia pôs o ponto à discussão. -----

----- A deputada Margarida do Céu disse que conhecendo o despacho que está na origem desta moção, não está de acordo com todas as questões suscitadas na mesma e receia que a descentralização proposta nem sempre seja a melhor forma de atender determinados doentes oncológicos, pelos menos em determinados estágios da doença.

----- O deputado Marco Silva também teceu algumas considerações sobre a moção e opinou que na generalidade concordava com a mesma, uma vez que a centralização de serviços de oncologia pode provocar muitas dificuldades nalguns doentes de oncologia.

----- O Presidente da Assembleia opinou que podia sempre optar-se por retirar a proposta e como há pessoas na Assembleia ligadas à saúde, poderia constituir-se um grupo de trabalho e elaborar-se até uma outra moção. -----

----- O deputado Fernando Ramalho opinou que o sentido desta moção foi criar um movimento nacional e não que cada assembleia municipal apresentasse a sua própria moção e como tal achou que a moção devia ser votada. -----

----- O Presidente da Assembleia pôs então a moção à votação, tendo sido aprovada por maioria com 11 votos a favor (10 da CDU-(PCP/PEV) e 1 do PS) e com 5 abstenções (3 do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT) e 2 do PS). -----

----- **Ponto 8 - Declaração de relevante Interesse Público Municipal, do Investimento da Empresa Triplanta em Alpiarça.** -----

----- O Presidente da Assembleia pôs este ponto à discussão e deu a palavra ao Presidente da Câmara o qual explicou que a necessidade de considerar que o Investimento da Empresa Triplanta, Viveiros do Oeste em Alpiarça, é de reconhecido interesse público e económico para o nosso Concelho, tem a ver com a necessidade de debelar um problema que causa alguns constrangimentos ao funcionamento da empresa. Ora como sabemos esta empresa está instalada há uns anos em Alpiarça, onde tem vindo a aumentar o seu investimento, tem aumentado o número de trabalhadores e o que acontece é que na exploração situada entre a Quinta de S. João e a Vala de Alpiarça, ou seja na zona norte do Concelho, existe ainda um problema de desclassificação do solo para uso agrícola, está ainda classificado como REN - Reserva Ecológica Nacional e já em 2006 foi desclassificado em termos de RAN - Reserva Agrícola Nacional e foi esta a solução encontrada depois de várias reuniões com a CCDR-LVT, com a ARH-TEJO agora designada Agência Portuguesa do Ambiente e com

34/36

estruturas do Ministério da Agricultura e foi a solução que nos foi indicada como a mais acertada para a viabilização do funcionamento da exploração, que é esta Declaração de Interesse Público e Económico e está de acordo com o que se pretende com o PDM de Alpiarça para aquela área e tem a ver com uma necessária estratégia de desenvolvimento económico no âmbito da agricultura e da agro-indústria para o nosso concelho, traz valor ao concelho, cria trabalho, cria emprego e o entendimento da Câmara Municipal é que faz todo o sentido a aprovação desta Declaração de Relevante Interesse Público e Económico para o Concelho, do investimento que está a ser feito pela empresa no nosso Concelho. -----

----- O deputado Paulo Sardinheiro disse que tem algumas dúvidas sobre esta declaração, porque tem algumas dúvidas se não teria já vindo a esta Assembleia uma proposta semelhante há uns tempos atrás, de qualquer modo fica muito agradado que empresários desta dimensão, do ramo agrícola ou outro, acreditem e confiem no concelho de Alpiarça e invistam valores desta ordem de grandeza. -----

----- O Presidente da Câmara explicou que a Declaração que foi aprovada na Câmara e está a ser proposta a sua aprovação nesta Assembleia Municipal, está a ser feita de acordo com a sugestão e nos termos da reunião com a CCDR-LVT que ocorreu recentemente. Explicou que a declaração que já veio há algum tempo a esta Assembleia prendia-se com uma linha de água e neste caso prende-se com todo o terreno da implantação. -----

----- O deputado Fernando Ramalho disse que se lembra de já ter sido emitida uma outra Declaração de Utilidade Pública e só estranha o facto de vir outra vez o mesmo pedido, para se aprovar duas vezes a mesma coisa. -----

----- O Presidente da Câmara disse que se trata de uma nova Declaração de acordo com o termos sugeridos numa reunião ocorrida há pouco tempo na CCDR-LVT e que não se trata de uma nova aprovação. -----

----- Posto o ponto à votação foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

----- Não se registando inscrições para um segundo período de intervenção do público, o senhor presidente mandou que fosse lida a ata em minuta, que posta à votação foi aprovada por unanimidade. -----

----- Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Presidente da Assembleia, eram três horas e dez minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente

ata que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata e vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia. -----

Presidente _____

1º Secretário _____

2º Secretário _____